1ª PARTE DA PROVA.

PORTUGUÊS (0,2 PONTO POR QUESTÃO).

1 - Leia o texto a seguir.

Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que cartomante restituiu-lhe confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez. (Machado de Assis. A cartomante. In: Várias histórias. Rio de Janeiro: Globo, 1997, p. 6)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) à – a – a
- (B) a – a – à
- (C) à – a – à
- (D) à – à – a
- (E) a – à – à

Fonte: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, Agosto/2013, Concurso Público para provimento de cargos de Agente de Apoio Manutenção e Suporte de Informática. Caderno de Prova 'AA02', Tipo 01, MODELO 1. (https://site.pciconcursos.com.br/provas/19347846/35b909094e07/agente_de_apoio_man_e_sup_de_inform_tica.pdf)

2 - Fazendo-se as alterações necessárias, o trecho grifado está corretamente substituído por um pronome em:

- (A) ... sei tratar tipos como o senhor. – sei tratá-lo
- (B) ... erguendo os braços desalentado... – erguendo- -lhes desalentado
- (C) ... que tem de conhecer as leis do país? – que tem de conhecê-lo?
- (D) ... não parecia ser um importante industrial... – não parecia ser-lhe
- (E) incomodaram o general... – incomodaram-no

Fonte: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, Agosto/2013, Concurso Público para provimento de cargos de Agente de Apoio Manutenção e Suporte de Informática. Caderno de Prova 'AA02', Tipo 01, MODELO 1. (https://site.pciconcursos.com.br/provas/19347846/35b909094e07/agente_de_apoio_man_e_sup_de_inform_tica.pdf)

3 - Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

- (A) Por vezes não se compreendem, mesmo expressões como as do texto, porque os símbolos, não deixam de ser enigmáticos, quando não obscuros.
- (B) Por vezes, não se compreendem mesmo expressões, como as do texto, porque os símbolos não deixam de ser, enigmáticos, quando não obscuros.
- (C) Por vezes não se compreendem mesmo, expressões como as do texto porque, os símbolos, não deixam se ser enigmáticos, quando não, obscuros.
- (D) Por vezes não se compreendem, mesmo expressões como as do texto porque os símbolos não deixam de ser, enigmáticos, quando não obscuros.

(E) Por vezes, não se compreendem, mesmo, expressões como as do texto, porque os símbolos não deixam de ser enigmáticos, quando não, obscuros.

Fonte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ, Março/2010, Concurso Público para provimento de cargos de Advogado Trainee, Caderno de Prova '01', Tipo 001, MODELO 1. (https://site.pciconcursos.com.br/provas/14303123/999d6517e615/prova_01_tipo_001.pdf)

4 – Assinale a alternativa em que contém somente palavras grafadas corretamente:

- (A) gerimum - cuzcuz
- (B) carangueijo - ascender
- (C) ortodoxo - viagem (substantivo)
- (D) discente - docente
- (E) umidecer – úmido

5 - A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:

- (A) mostrando o rio = mostrando-o.
- (B) como escolher sítio = como escolhê-lo.
- (C) transpor [...] as matas espessas = transpor-lhes.
- (D) Às estreitas veredas [...] nada acrescentariam = nada lhes acrescentariam.
- (E) viu uma dessas marcas = viu uma delas.

Fonte: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Março/2013, Concurso Público para provimento de cargos de Agente de Defensoria Pública Contador. Caderno de Prova 'E', Tipo 001. MODELO 1. (https://site.pciconcursos.com.br/provas/18613988/2a02644d5318/cp_modelo_prova_e_tipo_001.pdf)

RACIOCÍNIO LÓGICO E INFORMÁTICA (0,2 PONTO POR QUESTÃO).

6 - FGV – (TCE/SE – 2015) Em uma empresa de Aracaju, 45% dos funcionários são mulheres. Do total de funcionários, 55% são de Aracaju e os demais são do interior do estado. Além disso, 60% dos que são do interior do estado são homens. Entre as mulheres, a porcentagem daquelas que são do interior é:

- (A) 35%;
- (B) 40%;
- (C) 45%;
- (D) 50%;
- (E) 55%.

7 - Qual das afirmações abaixo é **FALSA**?

- (A) O Excel é utilizado para fazer cálculos, planilhas eletrônicas, gráficos.
- (B) A fabricante do Excel é a empresa Microsoft.

- (C) O Excel faz parte do pacote de programas chamado Microsoft Office.
- (D) Quando instalamos o Windows, o Excel vem instalado junto, pois faz parte dos acessórios do Windows, tais como: Paint, Bloco de Notas, Word Pad, Windows Explorer.
- (E) Podemos inserir figuras dentro do Excel.

8 - Intranet é o nome dado a uma rede de computadores privada que utiliza protocolos e outras tecnologias próprias da Internet. Aplicações como abertura de chamados técnicos, atualizações de dados funcionais e acesso a notícias internas podem ser disponibilizadas na intranet de uma empresa. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito de uma intranet:

- (A) A venda de produtos via Web é disponibilizada por meio da intranet de uma empresa.
- (B) Os jornais e as revistas de circulação nacional têm usado a intranet como meio de divulgação via Web.
- (C) A troca de mensagens de correio eletrônico depende do acesso à intranet da empresa.
- (D) As aplicações da intranet são de acesso restrito dos colaboradores de uma empresa.
- (E) Os *home bankings* são exemplos de aplicações seguras das intranets.

9 - Paulo utiliza em seu trabalho o editor de texto Microsoft Word 2010 (em português) para produzir os documentos da empresa. Certo dia Paulo digitou um documento contendo 7 páginas de texto, porém, precisou imprimir apenas as páginas 1, 3, 5, 6 e 7. Para imprimir apenas essas páginas, Paulo clicou no Menu Arquivo, na opção Imprimir e, na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Intervalo Personalizado. Em seguida, no campo Páginas, digitou:

- (A) 1,3,5-7 e clicou no botão Imprimir.
- (B) 1;3-5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.
- (C) 1-3,5-7 e clicou no botão Imprimir.
- (D) 1+3,5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.
- (E) 1,3,5;7 e clicou no botão Imprimir.

10 – Aberto o navegador Internet Explorer, caso queira abrir-se outra página do navegador sem se utilizar do *mouse*, podemos fazê-lo através das teclas de atalho:

- (A) ctrl N
- (B) ctrl P
- (C) ctrl A
- (D) ctrl Q
- (E) ctrl I

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO TRIBUNAL DE CONTAS (0,3 PONTO POR QUESTÃO)

11 – De acordo com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.604/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), compete ao Tribunal de Contas apreciar, emitindo parecer prévio à Assembleia Legislativa, as contas prestadas anualmente pelo:

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado;
- (B) Presidente da Assembleia Legislativa
- (C) Governador do Estado
- (D) Presidente da República
- (E) Procurador-Geral de Justiça do Estado

12 – Na forma do art. 56 da Lei Estadual nº 5.604/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), o Tribunal de Contas compõe-se de quantos conselheiros?

- (A) 09 (nove)
- (B) 07 (sete)
- (C) 13 (treze)
- (D) 10 (dez)
- (E) 15 (quinze)

13 – Considerando-se exclusivamente, o contido no artigo 17 da Lei Estadual nº 5.604/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), nos processos de Prestação e Tomada de Contas, as decisões podem ser:

- (A) simples ou contraditória
- (B) preliminar, intermediária ou final
- (C) complexa ou composta
- (D) positiva ou preliminar
- (E) preliminar ou definitiva

14 – São recursos previstos no art. 52 da Lei Estadual nº 5.604/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas):

- (A) regulares, regulares com ressalva e irregulares
- (B) agravo regimental e agravo de instrumento
- (C) apelação e reconsideração
- (D) reconsideração, embargos de declaração e revisão
- (E) reconsideração, embargos de declaração e embargos infringentes

15 – Segundo o art. 93 da Lei Estadual nº 5.604/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), nos casos omissos, o Tribunal de Contas poderá recorrer, subsidiariamente, a dispositivo:

- (A) da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União
- (B) do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado
- (C) do Regimento Interno da Assembleia Legislativa
- (D) do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União
- (E) nenhuma das anteriores

2ª PARTE DA PROVA - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (0,3 PONTO POR QUESTÃO).

16. Acerca dos princípios constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) o princípio da legalidade estabelece que o administrador possa fazer tudo o que a lei não proíba;
- b) o princípio da moralidade administrativa não alarga o espectro de controle decorrente do princípio da legalidade, dele sendo decorrência necessária;
- c) o princípio da publicidade só pode ser afastado pelo direito à intimidade, como nos casos de direito de família;
- d) o princípio da impessoalidade prevê que as funções administrativas devem ser executadas por qualquer cidadão, sem limitações de ordem pessoal;
- e) o princípio da eficiência se relaciona com a busca da qualidade na atividade pública e na prestação dos serviços públicos.

Princípios da Administração Pública (FUJB – Técnico MPE-RJ – 2011)

17. A Súmula Vinculante nº 3 do Supremo Tribunal Federal afirma que o contraditório e a ampla defesa devem ser assegurados nos processos perante o Tribunal de Contas da União, quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado. A Súmula excepciona, contudo, a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Esta apreciação, pelo Tribunal de Contas, configura um ato administrativo

- a) discricionário.
- b) complexo.
- c) facultativo.
- d) consultivo.

(PGR – Procurador da República PGR - 2008)

18. Considere as seguintes afirmações em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria:

I. Dentro do prazo de validade de concurso público, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, estando obrigada a nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, ressalvadas situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público.

II. Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público, nem ser substituído por decisão judicial.

III. Até que sobrevenha lei específica para regulamentar o exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis, aplica-se-lhes, no que couber, a lei que disciplina o exercício do direito de greve dos trabalhadores em geral.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

Regime constitucional dos servidores públicos (FCC – Analista Judiciário TRT 1ª Região – 2013)

19. Em relação à forma, tempo e lugar dos atos do processo, com base na Lei 9.784/99, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- b) Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
- c) A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.
- d) Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração
- e) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de quinze dias, salvo motivo de força maior.

Lei nº 9.784/99 (FGV – Técnico Legislativo Senado Federal – 2012)

20. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,

- a) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- b) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.

- c) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
- d) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- e) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.

Licitações (FCC – Analista de Controle TCE-PR – 2011)

21. Acerca de licitações, assinale a opção correta.

- a) A adjudicação, ato vinculado, não deve ser praticada pela administração nos casos de anulação ou revogação do procedimento licitatório.
- b) Configura-se licitação deserta no caso de todos os interessados serem inabilitados ou desclassificados, frustrando-se o objetivo do certame.
- c) A fim de se garantirem melhores preços na contratação, as regras que regem as licitações por tomada de preços e por convite podem ser combinadas entre si, se houver previsão nesse sentido em edital.
- d) Não havendo possibilidade de competição, como no caso em que só exista um objeto ou só uma pessoa que atenda às necessidades da administração, fica caracterizada a hipótese de dispensa de licitação.
- e) A modalidade de licitação denominada pregão, restrita à União, deve ser utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

Licitações (CESPE – Analista Judiciário TJ-AL – 2012)

22. A Constituição Federal estabeleceu um elenco de competências ao controle externo que abrange a sustação de contratos. Nos termos do que dispõem tais normas constitucionais, o ato de sustação de contrato:

- a) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão ao Senado Federal.
- b) será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) é de competência do Tribunal de Contas, desde que esteja previamente autorizado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- d) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados.
- e) será efetivado pelo Congresso Nacional ou pelo Poder Executivo no prazo de 180 dias ou então exaurir-se-á a competência.

(FCC – Auditor de Controle Externo TCM/GO – 2015)

23. Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro,

- a) a legalidade dos atos de admissão de pessoal.
 - b) as aberturas de créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual
 - c) a utilização de recursos recebidos pelos servidores a título de adiantamento de numerário.
 - d) as peças contábeis de empresas públicas.
 - e) as contas anuais prestadas por consórcios intermunicipais.
- (FCC – Analista de Controle Externo TCE-AP – 2012)

24. Sobre o Sistema de Controle Externo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal, ao usar a expressão “julgar as contas dos administradores e demais responsáveis”, transformou o Tribunal de Contas em órgão jurisdicional.
 - b) Caso o Presidente da República não apresente as contas anualmente ao Congresso Nacional dentro do prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, cabe ao Senado Federal proceder, de ofício, à tomada das contas.
 - c) O julgamento efetivado pelos tribunais de contas que impute aos responsáveis débito ou multa terá eficácia de título executivo. Isso significa dizer que tais títulos possuem eficácia plena, devendo a ação ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação.
 - d) Todas as contas dos gestores públicos brasileiros, inclusive dos chefes de Poder ou órgão no âmbito da União, serão julgadas pelo TCU.
 - e) Devido ao pacto federativo, o Tribunal de Contas da União (TCU) não pode fiscalizar os recursos repassados pela União ao Estado do Rio Grande do Sul via convênio, por exemplo. Neste caso, cabe ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul exercer o controle dos recursos que foram descentralizados para o Estado.
- (FMP-RS – TCE/RS - 2011)

25. Acerca da relação entre controle interno e externo na Constituição Federal, é correto dizer que

- a) há subordinação dos agentes do controle interno ao Órgão de Controle Externo.
 - b) há subordinação dos agentes do controle externo ao Órgão de Controle Interno.
 - c) há responsabilidade subsidiária do agente do controle interno omissivo no dever de comunicar ao Tribunal de Contas irregularidade de que tenha ciência.
 - d) há responsabilidade solidária do agente do controle externo omissivo no dever de comunicar ao controle interno irregularidade de que tenha ciência.
 - e) cabe ao sistema de controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (FMP-RS – TCE-MT – 2011)

26. Assinale a alternativa correta:

- a) Todos os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados são escolhidos pelos respectivos parlamentos.

- b) Quando do processo de apreciação das contas, os Tribunais de Contas dos Estados não têm poder para impor multas aos gestores públicos.
- c) O julgamento das contas de um Prefeito Municipal pela respectiva Câmara de Vereadores pode ou não acatar o parecer prévio do órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar; no entanto, se não acatar o parecer, a Câmara deve fazê-lo pela unanimidade de seus membros.
- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, os Ministérios Públicos Especiais junto aos Tribunais de Contas dos Estados não têm legitimidade para cobrar judicialmente as multas que os próprios Tribunais aplicam aos gestores nos processos de prestação de contas.
- e) Os Tribunais de Contas não podem, no exercício de suas funções, afastar a aplicação de lei ou ato normativo por entendê-lo inconstitucional.

(MPE-RS – Promotor MPE-RS – 2012)

27. O município que exceder a 95% do limite estabelecido na LRF para realizar despesas com pessoal pode

- a) conceder vantagem ou reajuste que não seja derivado de sentença judicial e de revisão geral.
- b) pagar indenização por demissão de servidores ou empregados.
- c) promover a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- d) prover cargo público que não seja para repor o decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- e) criar cargo, emprego ou função.

(CESPE – Procurador de Estado PGE-AL – 2009)

28. Acerca dos instrumentos de orçamento público no Brasil, leia o fragmento a seguir.

“Com vigência de quatro anos, o(a) _____ tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Por sua vez, cabe ao(à) _____, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Finalmente, o(a) _____ tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.”

Assinale a alternativa cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) LDO – LOA – PPA
- b) LOA – PPA – LDO
- c) PPA – LDO – LOA
- d) PPA – LOA – LDO
- e) LDO – PPA – LOA

(FGV – Administrador SUSAM – 2014)

29. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

- a) Submetem-se ao regime da Lei todo e qualquer tipo de órgão público e privado.
- b) Considera-se autenticidade a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível.
- c) O desenvolvimento do controle social da administração pública é uma das diretrizes da Lei.
- d) Os órgãos públicos e privados não poderão classificar uma informação como sigilosa.
- e) A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, independentemente da anuência do requerente.

(VUNESP – Assistente Organizacional PRODEST-ES – 2014)

30- No exercício de sua função consultiva, os Tribunais de Contas propiciam o esclarecimento dos administradores públicos sobre as normas e procedimentos relativos à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Nessa atuação, a resposta à consulta:

I - tem caráter normativo;

II - constitui prejulgamento da tese ventilada;

III - constitui prejulgamento dos fatos concretos consultados.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

(A) II, apenas

(B) III, apenas

(C) I e II, apenas

(D) I e III, apenas

(E) I, II e III.

(CESGRANRIO - Analista de Sistemas - TCE-RO, 2007)

3ª PARTE DA PROVA – DISCURSIVA. (2,0 pontos, sendo 0,5 ponto por cada competência citada corretamente).

O art. 71 da Constituição Federal de 1988 traz várias competências do Tribunal de Contas da União, competências essas que acabam sendo de repetição obrigatória, também por mandamento constitucional, quando da atuação dos Tribunais de Contas estaduais. Isto posto, cite 04 (quatro) dessas competências.